



PCMG prende suspeito de latrocínio foragido no Pará

Um homem, de 37 anos, procurado desde 2017 por latrocínio cometido contra um empresário na cidade de Varginha, no Sul de Minas, foi preso, nessa quinta-feira (1/7), em Altamira, no estado do Pará. Ele está sendo transferido pela equipe da Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG) nesta sexta-feira (2/7).

A ação que resultou na prisão do foragido é fruto da ação coordenada de equipes da PCMG, da Polícia Civil do Pará (PCPA) e do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), com apoio do Poder Judiciário.

Conforme informações da delegada regional em Varginha, Renata Rezende, o investigado, que foi condenado a 26 anos de prisão pelo crime, teria passado quatro anos na cidade de Itaituba, também no Pará. “A polícia acredita que, por influência de parentes na região, o homem conseguiu se esconder das autoridades policiais por todo esse tempo”, disse.

O crime

Em 2015, a vítima, um empresário de Varginha proprietário de uma churrascaria, passou a fornecer alimentação para os trabalhadores envolvidos na construção de um shopping na cidade, por ter proximidade com o empreendimento. O suspeito, que trabalhava na obra, passou a ter um relacionamento amoroso com a esposa da vítima e, na casa do casal, descobriu que haveria R\$ 120 mil guardados em um cofre.

No dia 9 de agosto daquele ano, o suspeito e um comparsa, também empregado da mesma obra à época, planejaram e executaram o roubo, mas acabaram assassinando a vítima com um pé de cabra durante a ação. Para inocentar a esposa do empresário, os suspeitos deixaram a mulher amarrada em um dos cômodos da casa.

Um dia após os fatos, o comparsa foi preso e confessou o crime, indicando a participação do primeiro envolvido. Com o desencadear das investigações, a PCMG também prendeu preventivamente a esposa da vítima, que teria participação ativa no esquema, uma vez que desejava fugir com o amante quando roubassem o dinheiro.

Todos os três envolvidos foram indiciados pelo crime de latrocínio. A esposa e o comparsa foram condenados pela Justiça em fevereiro de 2016, com penas de 25 e 27 anos de prisão respectivamente.